

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE CAPIVARI DO SUL
Avenida Adrião Monteiro, 2360 Fone/Fax: 3685-1288 CEP. 95552-000
e – mail: cvcs@brturbo.com.br

SESSÃO ORDINÁRIA

ATA 881

DATA: 30/03/2015

PRESIDENTE: SANDRA CARDOSO
1º SECRETÁRIO: DANIEL COUTO
DEMAIS VEREADORES:
DANIEL VARGAS
MANOEL DIAS
MOISÉS PERES
NILTON OSÓRIO
NORA NUNES
ROBERTO CAMARGO
SERAFIM DE LIMA

Aos trinta dias do mês de março, do ano de dois mil e quinze, às quinze horas, no Plenário Telmo de Souza Sessim, na Câmara Municipal, localizada na Avenida Adrião Monteiro nº 2360, em Capivari do Sul, a **PRESIDENTE** vereadora **SANDRA CARDOSO** abriu a presente Sessão Ordinária e convidou o vereador Daniel Couto para fazer a leitura de um trecho da Bíblia. A seguir a **PRESIDENTE** informou que na **TRIBUNA POPULAR** está inscrito o senhor **Paulo Renato da Silva Leal** – que irá pedir esclarecimentos aos vereadores sobre o aumento de IPTU. O pronunciamento do senhor **Paulo Renato da Silva Leal** está registrado na íntegra nos anais dessa Casa Legislativa. A seguir a **PRESIDENTE** informou que também está inscrito para usar a Tribuna Livre o senhor **Carlos Alberto Pires Oliveira**, que também falará sobre o aumento do IPTU. O pronunciamento do senhor **Carlos Alberto Pires Oliveira** está registrado na íntegra nos anais dessa Casa Legislativa. A seguir a **PRESIDENTE** anunciou o resumo da ata nº 880 e logo após, abriu espaço para retificações, e não havendo nenhuma retificação, a referida ata foi declarada aprovada, e em seguida foi lida pelo 1º Secretário da Mesa. No espaço do **EXPEDIENTE** foram lidas as **CORRESPONDÊNCIAS**: Comunicado da Câmara dos Deputados que informou sobre os Recursos do Orçamento da União pagos ao município de Capivari do Sul no período de janeiro à dezembro do ano de dezembro do ano de dois mil e quatorze. **CORRESPONDÊNCIAS DO EXECUTIVO**: **Ofício da Secretaria Municipal de Saúde N° 012/15** que encaminhou o Relatório de Prestação de Contas anual relativos ao exercício de 2014 e a ata de aprovação do Conselho Municipal de Saúde referente à Prestação de Contas; **Ofício de Gabinete n° 52/2015** que encaminhou Mensagem Retificativa ao PLE N° 12/2015 **n° 54/15** que encaminhou Mensagem Retificativa ao PLE N° 08/2015; **N° 57/2015** que encaminhou o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 1º bimestre de 2015 e os Balancetes da Recita e Despesa de Janeiro e Fevereiro de 2015. Em **CIÊNCIA AO PLENÁRIO** foi lido o Parecer favorável da Comissão de Orçamento e Finanças - COF N° 09/15 AO/PLE N° 10/15; Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça - CCJ N° 09/15 AO/PLE N° 10/15; **Of. Gab. DG N° 1869** referente ao Processo de Constas do Executivo Municipal referente ao exercício de 2008 que encaminhou o PARECER DO TCE N° 15.324 –

Processo nº 002695-02.00/09-7 sob a responsabilidade dos senhores administradores Marco Antônio Monteiro Cardoso (Prefeito Municipal) e senhor José Selomar da Silva Oliveira (Vice-Prefeito). A seguir a **PRESIDENTE** passou o **PARECER DO TCE Nº 15.324** para análise da COF dentro dos prazos regimentais. A seguir a **PRESIDENTE** informou que na **ORDEM DO DIA** consta o PLE Nº 10/15. A seguir no espaço do **EXPEDIENTE DOS VEREADORES** a vereadora **NORA NUNES** iniciou agradecendo ao senhor Paulo Renato pelas suas colocações enquanto representante das trezentos e noventa e seis pessoas da comunidade que assinaram o abaixo-assinado. Agradeceu também ao senhor Carlos Alberto pelas suas colocações quanto ao aumento do valor do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Continuando a vereadora falou sobre a educação e destacou que para transformar o Brasil na pátria educadora, conforme a Presidente, o novo Ministro terá grandes problemas no momento de arrocho orçamentário. O novo Ministro que assumiu após a saída de Cid Gomes, o filósofo Renato Janine, usou um discurso diferente do seu antecessor, ao qual declarou que não tem compromisso com os partidos da base governista. Segundo a Vereadora, foi uma ótima escolha técnica e anima toda a área educacional do País, pois os problemas na educação são enormes, e o novo ministro deverá adotar medidas rápidas para a melhoria da qualidade da educação básica que abrange a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Será necessário também colocar o Plano Nacional de Educação em prática, ampliando a obrigatoriedade do atendimento das crianças a partir dos três anos na Educação Infantil, oferecendo o turno integral para os alunos da rede pública do País, oportunizando também formação continuada aos professores, atendendo os programas voltados ao Ensino Técnico e Ensino Superior, visando o desenvolvimento profissional dos jovens. Finalizando a vereadora disse que todos nós que vemos a educação como um instrumento essencial para o desenvolvimento de da nação estamos juntos e de olho no Ministro torcendo com ele, e por ele, e assim torcendo pelo Brasil. A seguir o vereador **DANIEL COUTO** iniciou agradecendo a presença de todos na Câmara de Vereadores, especialmente ao senhor Paulo Renato e ao senhor Carlos Alberto, que usaram a tribuna representando a nossa comunidade. Disse que é um orgulho para nós receber essas pessoas que vieram fazer as suas reivindicações, e que são justas, munidos de um abaixo-assinado por pessoas da comunidade. Disse que no seu entendimento, é assim que a comunidade deve proceder no momento em que se sente prejudicada, e vir em busca dos seus direitos. Continuando disse que gostaria de falar não somente para as pessoas que estão na Sessão, mas gostaria de ter a oportunidade de falar para mais pessoas da comunidade sempre quando tem uma Sessão nessa Casa. E em virtude disso deixou registrado o seu apoio para as pessoas que têm manifestado a vontade de trocar o horário da Sessão, das quinze para as dezoito ou dezenove horas, pois no início do ano, já havia proposto essa troca de horário aos colegas por entender que devemos atender a necessidade da comunidade, e como as pessoas têm manifestado o apoio para que a Sessão seja realizada às dezenove horas para que elas possam participar, é nossa responsabilidade atender. Disse que no primeiro momento foi voto vencido, e respeita a opinião dos demais vereadores, mas com surgiu essa manifestação da comunidade sugere a presidente que se for necessário que faça um levantamento de opinião junto à comunidade para decidir sobre o horário da Sessão. Continuando o Vereador comentou sobre o pronunciamento do senhor Paulo Renato, orador da tribuna, que deixou claro que não tem interesse político, e sim, o interesse da comunidade. Disse que enquanto Vereador também tem o maior interesse em esclarecer, pois ficamos sentidos, e reconhecemos as

necessidades da comunidade, e estão imputando uma culpa aos vereadores, e até uma raiva, ao qual não somos merecedores. Disse que quer esclarecer, mas salientou que é necessário que as pessoas estejam abertas para receber a informação, e tem certeza que a comunidade presente veio buscar esclarecimento, no entanto, existem pessoas que têm interesse que a comunidade se revolte mesmo com o governo. Continuando o Vereador questionou: será que o vereador Daniel, filho do Alemão, que sempre ajudou tantas pessoas carentes da nossa comunidade, e ao qual segue o exemplo de seu pai; será que o vereador "Barrigada" da escolinha, será que as professoras e vereadoras Nora Nunes e Sandra Cardoso, que são pessoas de elevado conhecimento e cultura, e que de tantos projetos sociais participam, como o Arte por Toda Parte e a Saga, será que o vereador Moisés, vereador do povo, do povão, que defende o pequeninho, será que de uma hora para outra, os vereadores da situação viraram contra a comunidade? Será que de uma hora para outra nós resolvemos junto com Prefeito Marco penalizar a comunidade porque viramos malvados? Nesse sentido pediu que as pessoas da comunidade tenham bom senso, e que reflitam para que não se deixem levar por pessoas que incitam essa raiva e essas manifestações contrárias, quando na verdade a nossa responsabilidade enquanto vereador é instruir e explicar para as pessoas como foi votada a lei para que a comunidade possa ter os benefícios da lei. Continuando o Vereador esclareceu que quando declarou seu voto a favor da lei, não é porque é favor do aumento de impostos como dizem por aí, e irá provar isso que está falando no espaço das explicações pessoais, pois não são palavras atiradas ao vento, não é inverdade, irei provar no papel que não houve aumento de tarifa nenhuma, pelo contrário, nós vereadores ainda fomos conversar com Prefeito e conseguimos segurar aquilo que nós podíamos com relação às tarifas. A tarifa de um vírgula cinco por cento sobre o terreno baldio e de zero vírgula vinte e cinco por cento sobre os terrenos edificados não foi nós quem criamos, essa tarifa vem desde a criação do município. Outra situação com relação às alíquotas: existia uma alíquota de zero vírgula cinco por cento ao ano, cumulativa até o máximo de sete por cento no projeto original sobre o terreno baldio, e que já existia no projeto original desde a criação do município, e que a Prefeitura nunca tinha cobrado, e que por sua proposição, com o apoio de todos os vereadores nós excluimos essa cobrança progressiva do projeto. O projeto também tinha como proposta passar a cobrança da taxa de iluminação pública de três por cento para cinco por cento, e também por proposta sua conseguiu manter a taxa de cobrança no mesmo valor de três por cento. Também na lei anterior, o parcelamento era de apenas quatro vezes, e também por solicitação dos vereadores o parcelamento foi aumentado para dez vezes, justamente pensando em auxiliar a comunidade na hora de pagar IPTU. Também o pagamento em uma única parcela de IPTU era previsto um desconto de apenas dez por cento, e também por proposta sua diretamente ao Prefeito, ao qual não foi fácil, e talvez tenha sido a pessoa que mais se desgastou, conseguiu que o projeto fosse alterado para dar um desconto de vinte e cinco por cento para quem pagar o IPTU à vista. Finalizando o Vereador esclareceu que também ocorreu uma supervalorização dos terrenos no município, e questionou como o município vai cobrar o imposto em cima do valor venal de dezesseis mil reais de um terreno, se hoje esse terreno está valendo cem mil reais? E esclareceu que isso independe da vontade dos vereadores, o valor dos terrenos é decorrente de uma questão de mercado, a lei da oferta e da procura, e da qualidade e serviços oferecidos pelo município. A seguir o vereador **MOISÉS PERES** iniciou dizendo que prestou atenção no pronunciamento do senhor Paulo Renato que veio aqui representando a comunidade. Esse disse que tem vontade de ver seus amigos de

Piratini ter a oportunidade de comprar um terreno no município. Segundo vereador ele também tem muitos amigos de Piratini e Canguçu, e também pensa da mesma forma. Continuando disse que vê no Plenário muitas pessoas do Formoso, pessoas humildes a qual conhece, e que tiveram a oportunidade de comprar um terreno no Formoso. Disse que talvez nos dias de hoje essas mesmas pessoas não teriam a oportunidade de comprar um terreno pelo fato de ter disparado valor dos terrenos município. Disse que se a comunidade parar para pensar, para quem tem terreno vazio ficou caro, mas normalmente quem tem terreno vazio é o explorador, é aquele que compra o terreno para deixar parado e ganhar dinheiro em cima, pois os terrenos tem cada dia valorizado mais, e se isso continuasse em pouco tempo somente os ricos poderiam comprar terreno em Capivari, os pobres não teriam mais esse direito, e com esse aumento do valor venal dos terrenos com certeza vai dar uma estancada. Continuando o Vereador disse que também foi falado que os moradores foram impossibilitados de falar, porém, lembrou que naquele dia eles não puderam falar na tribuna, mas os vereadores ficaram depois da sessão até seis horas, e damos a oportunidade a cada um que quisesse falar, e inclusive o Prefeito também esclareceu a cada um que nos perguntou. Continuando pediu à comunidade que procure os vereadores para que possamos explicar o que realmente aconteceu. Disse que também foi falado na tribuna pelos oradores, que na mesma rua uma casa tem valor “X” e à outra do lado, tem um valor de novecentos reais, pois nós temos conhecimento dessa situação, esse valor menor ocorre porque a casa já está cadastrada na Prefeitura e o IPTU está sendo cobrado como predial, e o outro terreno está sendo cobrado como territorial por não ter a sua casa averbada na Prefeitura. Continuando o Vereador esclareceu que as pessoas devem se dirigir à Prefeitura e declarar que no terreno possui uma casa. Informou ainda, que se a casa tiver até sessenta metros não precisa fazer a planta. Segundo o Vereador a isenção da planta para as casas de até sessenta metros é porque nós nos preocupamos com as pessoas mais pobres, pois uma pessoa pobre dificilmente tem uma casa maior do que sessenta metros. Quanto às pessoas que precisam fazer a planta, após declarar que existe uma casa no terreno, automaticamente o IPTU irá baixar, e ainda essa pessoa terá trezentos dias para regularizar a situação. Finalizando o Vereador informou que ele e o vereador Daniel Couto, e os demais vereadores ficaram a semana toda na Prefeitura esperando o povo vim e explicando, e todos que os procuraram saíram satisfeitos, por isso solicitou que a comunidade os procure. A seguir o vereador **ROBERTO CAMARGO** iniciou dizendo que fala com prazer e com carinho para comunidade que está aqui hoje reunida. Continuando relatou que na semana passada, na sexta-feira, esteve no hospital fazendo uma bateria de exames, e essa noite, a sua esposa sentiu-se mal com problemas de pressão, e teve que levá-la ao hospital de Osório, e, posteriormente para Tramandaí. Disse que passou a noite no hospital acompanhando a sua esposa, mas por uma questão de respeito veio na sessão para defender a nossa comunidade, que hoje está aqui reunida em busca de suas reivindicações, para que sejam assegurados os direitos dos cidadãos e à democracia, e em defesa de terem sido prejudicados pelo aumento do IPTU. Continuando o Vereador destacou que os dois líderes que falaram na tribuna, os senhores Paulo Renato e Carlos Alberto, trouxeram a reivindicação da maioria da comunidade, ou seja, trezentos e noventa e seis assinaturas. Lembrou ainda, que essas foram as pessoas que assinaram, mas se percorresse mais tempo essa lista, com certeza chegaria a mil assinaturas. Continuando o Vereador disse que já é um vereador experimentado, pois não é um vereador de primeira viagem, sou um vereador que luta, e que vocês conhecem bem, e por isso estou aqui hoje, mesmo com

todas as dificuldades que relatou no início, e após a sessão, vou de novo para Tramandaí, mas continuo à disposição da comunidade. Disse que o Prefeito Marco Cardoso, junto com a sua equipe de vereadores que compõem a maioria nessa Casa, poderiam sim rebuscar na imagem do seu líder maior, Getúlio Vargas, e saber o quanto é um povo sofrido, e saber que a comunidade ganha um salário de setecentos e oitenta e oito reais, e esse mês essas pessoas recebem um carnê de IPTU no valor de setecentos reais. Diante dessa situação questionou quem tem condições de fazer esse pagamento? Relatou que é proprietário de um terreno na beira da faixa, que adquiriu com muito suor, sacrifício e dignidade, e o valor o IPTU cobrado foi de mil e oitocentos reais. Disse que continuará lutando e irá pagar o IPTU, pois todos nós aqui sabemos que se não pagar o IPTU podemos perder o terreno, se for realizada a cobrança judicial não há "churumelas", a casa e o terreno vão para leilão. Continuando disse que não está fazendo politicagem, pois não sabe qual vai ser o seu destino. Estou substituindo o vereador que foi meu líder e meu guerreiro, e que me ajudou a me colocar na política, e que veio a falecer no decorrer de seu mandato, e hoje o representa, e sabe que se o "Juruna" estivesse aqui na Câmara é um que estaria lutando pelo Jardim Formoso, pela Santa Rosa, Rancho Velho, e por toda essa comunidade que está sofrendo com esse aumento do IPTU. Continuando disse que tem firmeza no que faz, e olha olho no olho, e diz que foi defensor sim da alíquota da iluminação pública que estava previsto no projeto para cinco por cento para que fosse mantida a cobrança em três por cento. Declarou que irá até o fim do mandato em dois mil e dezesseis defendendo a comunidade, e orientou que se a comunidade levar ao conhecimento do promotor de justiça, com certeza a comunidade irá ganhar guarida, pois esse é um aumento excessivo e não coincidi com o aumento da inflação, e muito menos com aumento de salário. Disse ainda, que para calar a sua voz, somente que nem Getúlio Vargas, só se cravar uma faca no seu peito, pois irá até o fim defendendo a comunidade. E aqueles que vêm na tribuna e andam dizendo na rua que o vereador Beto faz politicagem, eles que vão trabalhar e branquear os cabelos para fazer uma política séria, porque o povo vota comigo. Continuando o Vereador declarou que essa casa tem uma bancada de oposição e que votou contra esse projeto, formada por mim e pelos vereadores Nilton Osório, Serafim, e professor Daniel Vargas. Disse que devemos continuar trabalhando e trazer mais gente para a Câmara de Vereadores, e solicitou a imprensa presente, o Jornal Integração que divulgue o que foi bom e o que foi ruim, e de forma imparcial para realmente informar a comunidade, e que não seja aquele meio de comunicação que anda cabresto, pois é por isso que muita gente não gosta do vereador Beto, porque eu sou que nem gato, eu não ando a cabresto. Relatou ainda, que além da questão da taxa de iluminação pública também levantou a questão sobre a alíquota progressiva a que se referia o artigo 107 do projeto. Finalizando o Vereador salientou que no Governo da Maninha não houve aumento de impostos, e problemas na saúde ocorreram poucos, pois todos nós sabemos que a Prefeita Maninha é uma líder que atende ao social e que luta muito pela saúde, enquanto o senhor Marco Cardoso é um homem de cimento, e quem não sabe que as construções saem muito melhor com o senhor Marco Cardoso devido a sua habilidade profissional, pois cada um tem um dom. A seguir na **ORDEM DO DIA** foi lido o **PLE N° 10/15** que foi posto em discussão: o vereador **DANIEL COUTO** iniciou o vereador **DANIEL COUTO** iniciou dizendo que o projeto trata de uma questão orçamentária para possibilitar que sejam pagos os serviços realizados no Polo Industrial. Continuando disse que o senhor Carlos Alberto se referiu a essa obra no seu pronunciamento na tribuna, e aproveita para esclarecer que a questão do Polo Industrial é um recurso destinado pela

união ao município. Disse que esse recurso já veio destinado para implementação do Polo Industrial, e que esse recurso ele não pode ser investido em outras áreas como educação, saúde ou qualquer outra área, é um recurso público que já vem destinado para um fim específico, e o município não tem alternativa, ou pega o recurso ou não tem. Continuando o Vereador disse que nós temos que ver o lado do Prefeito, precisamos de medidas para a solução da crise no nosso município e da questão orçamentária, medidas de curto, médio e longo prazo. Não podemos tomar medidas somente de curto prazo, e citou como exemplo a questão do IPTU que veio à tona e que pegou todo mundo de surpresa, também precisamos ter medidas gradativas que muitas vezes é o que a população quer. E o Polo Industrial é um investimento para que possa ser aumentada a arrecadação e o orçamento do município, para que possamos manter os nossos serviços, e o município possa ter uma vida saudável. Continuando o vereador falou sobre a compra do Rancho Capivari que foi citada na tribuna. Em questão de ordem vereador **NILTON OSÓRIO** solicitou a Presidente que o vereador Daniel Couto discuta a matéria do projeto. Atendendo ao pedido regimental do vereador, a Presidente solicitou ao vereador Daniel Couto que mantenha a discussão do PLE Nº 10/15. Continuando o vereador **DANIEL COUTO** disse que o vereador Nilton tem razão, mas lamenta que não possa dar maiores explicações à comunidade que vem buscar esclarecimentos. Continuando disse que os investimentos no Polo Industrial são necessários para que os próximos legisladores e prefeitos, independente de quem sejam, possam pegar o município com uma vida financeira saudável. O Polo Industrial ficou parado quatro anos no governo anterior, e agora está sendo retomado no governo Marco, e se no governo anterior tivessem tocado as obras e buscado recursos, talvez hoje, o orçamento estivesse melhor e não precisaríamos tomar essas medidas impopulares, mas é fácil fazer isso porque rende votos. Finalizando declarou seu voto favorável ao PLE Nº 10/15 que beneficia o Polo Industrial visando o melhor futuro para nossa comunidade. A seguir o vereador **SERAFIM DE LIMA** iniciou dizendo que o vereador Daniel Couto, seu colega da Comissão de Orçamento e Finanças - COF referiu-se às questões do Governo Federal, do Governo Estadual, mas gostaria de esclarecer um pouco mais. Relatou que a Prefeitura tem dinheiro ali, no entanto, retardou por questão financeira seis meses o envio do projeto, e o Polo custou mais de um milhão, e a contrapartida da Prefeitura foi de duzentos mil reais. O vereador foi aparteado pelo vereador Daniel Couto. Continuando o vereador **SERAFIM DE LIMA** disse que mesmo o projeto não estando bem redondinho assinou o parecer da comissão de orçamento porque aquilo que a gente não quer para gente também não deseja para os outros, e como a empresa já fez a obra, mas ainda não recebeu, retardar o projeto por mais uma semana não iria mudar nada, seria somente politicagem, e por isso assinou o parecer da comissão, concluiu o Vereador. A seguir o vereador **MANOEL DIAS** iniciou dizendo que defende projeto, e lembrou que esse surgiu durante uma reunião que estava participando em porto alegre e teve a oportunidade e trouxe esse projeto junto com a nossa bancada, e também com o apoio dos demais vereadores. Agradeceu também ao Secretário Rodrigo Magni, que na época fazia parte da Secretaria. Segundo Vereador, a verba para o Polo Industrial é uma verba federal, e temos trabalhado forte nessa questão, e também as outras secretarias, como a obras, planejamento e orçamento, todas as secretarias trabalharam juntas para conseguir esta verba que é um valor de setecentos e noventa e sete mil reais do Governo Federal, e duzentos mil reais do município. Continuando informou que já está batalhando para conseguir que a água da ETA chegue até o distrito Santa Rosa, pois é necessária para que as empresas possam se instalar no Polo Industrial. Disse ainda, que

tem conhecimento de que algumas empresas já estão contatando o Município e demonstrado interesse em se instalar no Polo. Informou também que o Giovane que é da parte do meio ambiente tem trabalhado com as liberações junto a FEPAM, porém, as pessoas não acompanham e não sabem disso, pois tem trabalhado forte na busca de verbas para o município, e inclusive na sexta-feira recebeu uma ligação do assessor do deputado Eduardo Loureiro, que informou que essa semana está sendo liberado pelo DAER o cruzamento da canalização da água, e por isso declarou que vota a favor desse projeto que vem beneficiar a comunidade. A seguir o vereador **ROBERTO CAMARGO** iniciou dizendo que é testemunha de quando passou nessa Casa Legislativa, não nesse prédio, no outro, em que funcionava a Câmara de Vereadores, onde foi votado o projeto e adquirido vinte e três hectares. Lembrou que naquele tempo já pensavam grande e queriam trazer o desenvolvimento para o município. Parabenizou ao vereador “Barriga” pela luta, e disse que quando a obra é boa, dúvida que um projeto desses vai trancar, pois este sim é um projeto do bem para dar emprego para sociedade, e por isso declarou seu voto a favor do projeto. A seguir não havendo mais quem quisesse se manifestar a **PRESIDENTE** colocou o **PLE Nº 10/15** em votação, sendo que o referido projeto foi **APROVADO** por unanimidade dos vereadores votantes. Encerrada a Ordem do Dia a **PRESIDENTE** deu início ao espaço das **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** ao qual se pronunciaram respectivamente os vereadores NILTON OSÓRIO, DANIEL COUTO, MANOEL DIAS, SERAFIM DE LIMA, DANIEL VARGAS que solicitou o registro do seu pronunciamento, e vereador ROBERTO CAMARGO. A seguir o vereador **DANIEL VARGAS** iniciou agradecendo presença do senhor Paulo Renato e do senhor Carlos Alberto que mostraram o descontentamento da comunidade, e mostraram também, que não é nenhum partido que está mobilizando, são as pessoas que estão insatisfeitas, e muitas vezes essas pessoas votaram no governo que aí está. Segundo o Vereador, as pessoas estão insatisfeitas porque está muito complicado, é um valor alto e excede muito a inflação. Disse que o vereador Daniel Couto comentou que o projeto do Código Tributário já havia sido aprovado no ano de dois mil, ao qual diante desta colocação questionou: se ele já havia sido aprovado no ano de dois mil, porque ele não foi colocado em prática desde o ano dois mil? Porque ele somente foi colocado em prática agora? Porque não foi colocado em prática desde quando foi aprovado, pois sabemos que o governo é o mesmo, só ocorreu mudança no ano de dois mil e oito, pois se tivesse sido colocado em prática desde o início nada disso estaria acontecendo agora. Continuando o Vereador disse que inclusive temos um servidor concursado, que passou no concurso para fazer essa tarefa de fiscalização, mas que na verdade não atua no município, pois deveria estar na rua atuando e fazendo esse trabalho, pois se esse servidor estivesse fazendo o seu trabalho, eu volto a repetir, nada disso estaria acontecendo. Quanto à colocação do vereador Moisés Peres de que ele, o vereador Nilton Osório e Roberto Camargo votaram contra a questão que iria amenizar a situação para as pessoas que têm casas de até sessenta metros, esclareceu que são poucas as casas que são até sessenta metros quadrados, portanto vai beneficiar uma minoria. Continuando informou ainda, que votou contra o projeto porque ele veio com o parecer da assessoria jurídica do Legislativo como um projeto inviável juridicamente, e como temos uma assessoria jurídica que nos orienta para que possamos fazer o que é certo, disse que não vai votar favorável a um projeto que não está correto juridicamente. Quanto à questão de falar que não houve aumento de IPTU, na verdade não houve aumento de IPTU, o que ocorreu foi uma correção do terreno, mas que automaticamente aumenta o IPTU, então é somente uma forma para dizer que não

aumentou IPTU, quando na verdade, se ocorreu o reajuste do valor do terreno as taxas incidem juntamente com esse aumento, e essa é uma forma de mudar o foco. Disse acreditar que o senhor Renato esteja encaminhando ao Ministério Público, e com certeza poderá mudar o rumo dessa história, pois também concorda que o aumento do IPTU por parte do Poder Executivo foi abusivo para comunidade de Capivari do Sul. O vereador foi aparteado pelo vereador DANIEL COUTO e NILTON OSÓRIO. A seguir não havendo mais quem quisesse se pronunciar, o **PRESIDENTE** declarou encerrada a presente Sessão, e convocou os vereadores para a próxima Sessão Ordinária a ser realizada no dia seis de abril do ano dois mil e quinze, às quinze horas. E nada mais havendo a tratar, para que tudo fique registrado, lavrou-se a presente ata que segue devidamente assinada.

Vereadora SANDRA CARDOSO
Presidente

Vereador DANIEL COUTO
1º Secretário

“Doe Órgãos, Doe Sangue: Salve Vidas”